



CERTIDÃO

----- DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO, que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21/02/2022, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

Asssembleia Municipal de Vila Real
Data: 21/02/2022
N.º 19 Proc.º n.º
Resp. of. n.º/...../.....

-----ASSUNTO: - Grandes Opções do Plano (2022-2026) e Orçamento de 2022 - 1ª Revisão Orçamental -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

1. Considerando que aquando da elaboração das GOP's e Orçamento para 2022, não ficou definida a dotação em vários projetos do PPI e do PAM, prevendo-se que alguns fossem financiados pela integração no Orçamento da receita do Saldo da Gerência de 2021;
2. Considerando que o município de Vila Real tem a necessidade urgente de executar um conjunto de investimentos públicos que são comparticipados no âmbito de Programas Comunitários.
3. Considerando que a Câmara Municipal aprovou, nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, e em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, o Mapa de Fluxos de Caixa de 2021, que contém o Saldo de execução orçamental de 2021 no valor de 8 201 944,01€ não prejudicando o subsequente cumprimento de apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas na sessão de abril, conforme Lei n.º 75/2013;
4. Considerando que nos termos do artigo 3-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, a Introdução do saldo de gerência dos órgãos das autarquias locais pode ocorrer logo que seja aprovado o mapa de fluxo de caixa, sem prejuízo da revisão vir a ser ratificada aquando da realização da primeira reunião do órgão deliberativo;
5. Considerando que, de acordo com a Nota Informativa da DGAL de março de 2020, para que o órgão deliberativo seja devidamente informado será necessário que o pedido de integração do saldo da gerência anterior seja instruído, no mínimo, com a seguinte informação, para além do mapa de Fluxos de Caixa aprovado:
 - Informação dos compromissos transitados.



- Informação da execução das GOP, devendo estar individualizada a execução do PPI.
- Informação da execução orçamental (receita e despesa).
- Informação sobre o princípio do equilíbrio orçamental, após revisão, ao abrigo do n.º 6 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

6. Considerando que o Saldo de Gerência do ano anterior pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, circunstância que implica a elaboração de uma revisão orçamental, conforme estabelecido no ponto 8.3.1.4 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, podendo ser utilizadas como contrapartidas outras receitas que a autarquia esteja autorizada a arrecadar;

7. Considerando a necessidade de se inscrever as seguintes Classificações Económicas da Receita:

- “10.03.01.99 – Transferências de Capital – Administração Central-Estado-Outras”, para permitir arrecadar a receita proveniente do apoio financeiro pelo Fundo de Emergência Municipal para reparação dos danos em infraestruturas e equipamentos municipais provocados pelas depressões Elsa e Fabien, entre os dias 17 e 22 de dezembro de 2019, no Município de Vila Real.
- “13.01.01 – Outras Receitas de Capital-Outras-Indemnizações”, para permitir arrecadar a receita de € 1 000 000 da TUVR II, a título de compensação, nos termos do nº 6 da cláusula 8ª do Caderno de Encargos do concurso público “Concessão do Serviço Público de Transporte Regular Flexível de Passageiros por Modo Rodoviário do Município de Vila Real”, a qual estava prevista ser realizada até 31/12/2021.
- “15.01.01 – Reposições não Abatidas nos Pagamentos”, para permitir arrecadar a receita de 92 096,25 € referente à restituição de pagamento pela empresa fornecedora, da revogação do contrato e devolução de máquinas de reverse vending adquiridas no âmbito do projeto “Para cá do Marão embalagens não”.

8. Considerando a necessidade de se incluir no PPI 2022-2026 dois novos projetos:

- Nº 2022/I/67 – “ CONCESSÃO DO TRANSPORTE REGULAR E FLEXÍVEL DE VILA REAL”, para permitir liquidar à TUVR a importância de 894 500€, de acordo com os Termos da Revogação do Contrato de Concessão da Exploração e Manutenção da Rede de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros da Cidade de Vila Real, correspondente aos investimentos não amortizados e realizados por esta empresa.
- Nº 2022/I/68 – “ CONSTRUÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA”, com a dotação de 250 000 € para efeito de elaboração do projeto de execução.

9. Considerando a necessidade de se proceder ao reforço das dotações da Receita e Despesa de anos seguintes do projeto 2022/I/64 “ZIC-ZONA INDUSTRIAL DE CONSTANTIM: MAIS VERDE, RESILIENTE E



DIGITAL / ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE NOVA GERAÇÃO, aprovado no âmbito do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência nacional.

10. Considerando a necessidade de se proceder ao reforço da dotação de alguns projetos do PAM e PPI tendo como contrapartida o Saldo de execução orçamental de 2021, do qual se destaca o projeto 2019/I/11 – “EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CONSTANTIM-PÓLO II” com um reforço de 2 737 000 € (1 027 000€ em 2022 e 1 710 000€ em 2023), projeto financiado no âmbito do NORTE 2020 - Programa Operacional Regional do Norte - Áreas de Acolhimento Empresarial.
11. Considerando que esta revisão é geradora de um Desequilíbrio Orçamental de 3 780.600 €, correspondente ao reforço das despesas correntes, que não prejudica o Equilíbrio Orçamental previsto no nº 6 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, uma vez que a margem deste equilíbrio no Orçamento Inicial era de 5 699 500 €, e com a presente Revisão Orçamental passa para 1 918 900 €.

Proponho que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprove a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2022 e das Grandes Opções 2022-2026, constantes nos mapas anexos, e submeta à Assembleia Municipal para ratificação, nos termos do artigo 3-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, através de:

- a) Incorporação do Saldo da Gerência de 2021, no valor de 8 201 944,01 €.
- b) Inscrição das Classificações Económicas da Receita: 10.03.01.99 – Transferências de Capital – Administração Central-Estado-Outras”; “13.01.01 – Outras Receitas de Capital-Outras-Indemnizações” e “15.01.01 – Reposições não Abatidas nos Pagamentos”.
- c) Criação dos Projetos no PPI: nº 2022/I/67 – “ CONCESSÃO DO TRANSPORTE REGULAR E FLEXÍVEL DE VILA REAL” e nº 2022/I/68 – “ CONSTRUÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA”.
- d) Reforço das dotações das classificações económicas da despesa de diversos projetos do PAM e do PPI, tendo como contrapartida o aumento da receita o Saldo da Gerência de 2021.-----

passando o Orçamento de 2022 de € 61 500 000 para € 70 830 000 correspondendo a um aumento de € 9 330 000, ou seja, mais 15,2%, conforme mapas que se anexam”.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a ratificação da 1ª Revisão Orçamental do Orçamento de 2022 e das GOP's (2022-2026), nos termos do artigo 3-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----



----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 21 de fevereiro de 2021.-----

O DIRETOR,

(Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues)